

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NACIONAL-POPULAR EM VIEIRA PINTO

SILVANO SEVERINO DIAS *
JOSÉ CARLOS SOUZA ARAÚJO **

O contexto histórico-político em que ganha força o pensamento de Vieira Pinto, no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), desde meados dos anos 50 ao início dos anos 60. Este período é caracterizado pelo surgimento da mobilização popular, que buscava combater ao analfabetismo adulto, como também, pelo fortalecimento do processo democrático do país.

O ISEB foi institucionalizado pelo Estado com intenção de fomentar e fortalecer o nacionalismo como ideologia oficial, através da elaboração de uma ideologia nacional de desenvolvimento para o país. Neste sentido, este instituto foi idealizado desde o início dos anos 50, mas tornou-se realidade em 1955, quando conseguiu o seu reconhecimento durante o governo de Juscelino Kubitschek - que defendia uma política nacional desenvolvimentista durante o período de 1956 - 1961.

Os membros fundadores do ISEB eram originários do grupo Itatiaia - os quais estavam interessados em estimular e promover de debates sobre o processo de desenvolvimento nacional. Este grupo, portanto, se reunia com a denominação de Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) para discutir os problemas brasileiros.

É a partir da discussão em torno da realidade nacional que as obras de Vieira Pinto suscita o nosso interesse, pois a sua preocupação era com a superação do estágio atrasado de desenvolvimento histórico-social, político-econômico cultural e material em que o país se encontrava. Um dos caminhos para que isso acontecesse seria a mudança no desenvolvimento nacional e na educação. Por isso, as suas obras são importantes para todo profissional da educação que visa compreender uma proposta educacional direcionada para as massas populares.

O caminho adotado para discutir o pensamento educacional de Vieira Pinto, foi o da relação entre o processo de desenvolvimento nacional e a concepção de educação nacional-popular. Para isso, utilizei as seguintes obras: Ideologia do desenvolvimento nacional (1959); Consciência e realidade nacional (1960); A Questão da Universidade (1961) e Sete lições sobre educação de adultos (1982), cujas reflexões iniciaram-se, no Chile em 1966.

IDEOLOGIAS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Nos anos 50, emergiram no cenário nacional as ideologias: nacional-desenvolvimentista e nacional-popular. A primeira buscava teorizar e orientar o processo de industrialização, que ganha impulso no governo de Juscelino Kubitschek. Esta orientação econômica visava pôr o Estado a serviço de um processo acelerado de substituição de importações, tendo como meta uma política emancipatória para o país, embora mantivesse estreitas relações com o capital internacional.

Sobre as relações econômicas do Brasil, Caio Prado, um dos opositores do modelo econômico adotado por Juscelino, tomado pelo calor das discussões do momento

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

** Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História e Filosofia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Sócio-Fundador da Sociedade Brasileira de História da Educação. (jcaraujo@ufu.br)

histórico, afirma que:

Juscelino Kubitschek se apresentava com seu programa de desenvolvimento e metas que implicava claramente, e pode-se mesmo dizer expressamente, a promoção dos interesses do grande capital brasileiro e internacional. Particularmente deste último, pois é na base do apelo aos grandes trustes internacionais e estímulo às iniciativas deles no Brasil que, fundamentalmente, assentava o programa desenvolvimentista endossado pelo candidato.¹

Além disso:

Paralelamente e ligada a esta política de favorecimento dos interesses imperialista, estava a promoção do grande capital nacional, seja por estímulos creditícios (...), seja pela inflação, que reduz os salários reais e acrescenta com isso os lucros capitalistas. Entreguismo e inflação² em escalas sem precedentes, foi o essencial do Kubitschek, sem contar com as negociatas e oportunidades de bons negócios à custa do estado e da Nação, como em particular na construção de Brasília.³

Esse processo de desenvolvimento se deu através do acúmulo de capitais e ampliação do mercado interno, possibilitando com isso a arrancada do Brasil para o desenvolvimento industrial. Este fato se deu devido a transferência de recursos do setor tradicional (agrário-mercantil) para o “moderno” (industrial). Cabe ainda lembrar que, na década de 50 a oligarquia que, na década de 50 a oligarquia agrário-mercantil estava em declínio, enquanto que a perspectiva nacional burguesa (industrial) estava em ascensão.

Já a ideologia nacional-popular buscava exercer influência sobre as organizações nacionalistas, os movimentos populares e os grupos progressistas da sociedade, com a intenção de contrapor a concepção desenvolvimentista e realizar uma transformação na sociedade brasileira.

Segundo Caio Prado, a revolução brasileira tinha tudo para se efetivar, pois:

Embora contando com condições altamente favoráveis para o desencadeamento do processo revolucionário, dada a maturidade das contradições presentes na conjuntura econômica e social brasileira, as esquerdas não somente permaneceram anos marcando passo – uma vez que a estéril agitação na qual se meteram não se pode reputar progresso – mas ainda comprometeram e atrasaram consideravelmente a marcha daquele processo.⁴

Embora esse fator seja importante, outros comprometeram a efetivação da revolução, por parte da esquerda havia diversidades ideológicas, bem como ambigüidades de posicionamentos. Enquanto que, uma parte da esquerda acreditava que a revolução deveria obedecer as etapas feudal, capitalista e, por fim, comunista, apostando inclusive no desenvolvimento econômico proposto por Kubitschek, acreditando no esgotamento das forças produtivas para que a revolução pudesse acontecer; outro grupo, acreditava que o momento era aquele, pois quem sabe faz a hora e não espera acontecer...⁵

Contrapondo, também, o tipo de desenvolvimento adotado por Juscelino, e

¹ Caio PRADO JÚNIOR. *A Revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966. P.26.

² Grifo do autor.

³ Idem. *Ibidem*, p. 27.

⁴ Caio PRADO JÚNIOR., *Op. Cit.*, p. 31.

confrontando com Caio Prado, Vieira Pinto diz que antes de discutirmos o modelo de desenvolvimento nacional, é necessário refletirmos sobre: que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país?⁶

Vieira Pinto, ao propor um processo de desenvolvimento nacional que caminha na direção de substituir o capital externo pelo autóctone⁷, possibilitando, assim, a formar em nosso país a formação de uma economia própria.

É com base nesta afirmação que ele disse:

[...] A possibilidade de instaurar-se um capitalismo nacional vigoroso com base na iniciativa pioneira do estado em cuja posse deve permanecer a produção e a distribuição de todas as formas de energia, e no emprego do capital de origem interna, existe concretamente; os sucessos obtidos na rápida industrialização de muitos ramos da produção, no melhor nível de poupança interna, não ocorreram por acidente; são provas da presença de fatores objetivos de crescimento, que admitem expansão ulterior imensamente mais ampla. É o desenvolvimento e a consolidação dessas tendências que é preciso, no momento, fazer.(...)⁸

A fundamentação de uma economia nacional sólida, capaz de alterar as reais necessidades sociais e culturais do povo, é que alterará a consciência das massas. É somente quando forjamos o projeto de existência autônoma que efetivaremos a transformação social e cultural da nação. Mas, para que isso aconteça é preciso entendermos que o *progresso da ideologia do desenvolvimento nacional passa pela formulação do problema da educação*, pois, a concepção de educação popular (...) *não precede o processo de desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condiciona mutuamente.* (...)⁹

CONFRONTOS EM TORNO DA EDUCAÇÃO

Além desses embates, o contexto nacional é marcado pelo debate sobre a educação pública e privada. De um lado, estudantes, intelectuais e políticos defendem uma educação pública, gratuita e leiga, sob a organização e administração de uma política nacional. Dentre estes intelectuais destacamos Vieira Pinto, o qual defende que:

Se, em razão da fase ainda elementar do desenvolvimento e em conseqüência de pressões das forças sociais retrógradas, exploradoras do rendoso comércio do ensino particular, os representantes do povo votarem uma lei de diretrizes e base da educação que favoreça aquele comércio em detrimento da escola pública, leiga, universal, universal e gratuita, deveremos ver neste episódio um índice da verdade do processo político, uma demonstração, por mais que a lamentemos, da qualidade da consciência existente. Sendo, como efetivamente é, um projeto reacionário e oposto aos interesses nacionais, seus efeitos logo se evidenciarão pela oposição que suscitará nas camadas esclarecidas da sociedade, que serão assim educadas pela luta que terão de travar para impedir a concretização de tal lei.¹⁰

⁵ Música de Geraldo Vandré.

⁶ Álvaro Vieira PINTO. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1959. Pp.49-50.

⁷ Álvaro Vieira PINTO. *Consciência e realidade nacional – consciência crítica*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1960. p.33.

⁸ Idem, *Ibidem*, p.159-60.

⁹ Idem, *Consciência e realidade nacional – consciência ingênua*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. p.118

E, opondo-se a esta idéia, Otaíza - uma historiadora da educação, ao estudar as legislações educacionais e as suas reformas promovidas pelo Estado desde os anos 30 até 1973 - após a aprovação da primeira Leis de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional - nos relata que:

[...] a iniciativa privada estava reivindicando para si a prioridade absoluta de ação e proteção por parte do Estado e, para tanto, ela se opunha a que este expressava uma função democrática, que era de fornecer educação ao povo, educação que, sendo pública, seria gratuita e, como tal estaria em condições favoráveis, na linha de competição com a educação particular. Cobia, portanto, à iniciativa privada opor-se ao ensino oficial.¹¹

A defesa de uma educação pública, gratuita, leiga e universal é de fundamental importância, por dois motivos: primeiro o ISEB defendia que, para se resolver o problema da alienação cultural e da identidade nacional, a educação seria um dos caminhos para a superação do estágio atrasado em que vivíamos; e o segundo diz que: para se efetivar um novo modelo de desenvolvimento nacional, voltado para as massas populares, a qual deverá ser reconhecida como a força criadora e modificadora do atual estágio de desenvolvimento em que se encontra o país. Defender uma educação privada significaria a defesa do atraso, o estado de subdesenvolvimento, a permanência do atual estágio de desenvolvimento econômico e do atraso sócio-cultural do país.

A educação que vinha sendo ministrada é questionada por Vieira Pinto. Uma vez que o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil suscita novas exigências, quanto a educação escolarizada, e o modelo educacional vigente buscava manter a desigualdade social presente, não havia interesse em possibilitar e de formar indivíduos iguais.

A proposta de Vieira Pinto vai na contramão desta proposta, pois para discutir educação, assim como desenvolvimento nacional é preciso termos em vista a concepção de ser humano que a sociedade exige a cada momento histórico. Assim, ao refletirmos a sua concepção educacional temos que relacioná-la com o desenvolvimento social brasileiro, do qual participou ele atuou; analisando e orientado a sociedade para um desenvolvimento econômico, político, social e cultural apontando para um processo de emancipação das consciências e do país.

Embora tenha influenciado seus pares no ISEB, Paulo Freire e movimentos ligados ao meio acadêmico, como os estudantes, dos setores da populares brasileira progressistas, principalmente da classe média, ele estava condicionado pela própria realidade que refletia o estágio de desenvolvimento do país. Mais do nunca percebemos que para discutir o pensamento de Vieira Pinto é ao mesmo tempo, refletir a realidade histórica e social sobre a qual estava situado.

EDUCAÇÃO NACIONAL-POPULAR

A noção de educação passa pela concepção de homem que se deseja formar, uma vez que, é na relação social, cultural, econômica, política e religiosa, situada na realidade histórica de cada indivíduo que se processa o desenvolvimento das fases do saber. Essa maneira de ver a educação é um contraponto à noção de educação da elite, a qual defende em abstrato um "modelo" de educação e pretende levá-lo à prática.¹²

¹⁰ Álvaro Vieira PINTO. *Consciência e realidade nacional – consciência ingênua*. Vol. 1. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. Pp. 122-3.

¹¹ Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Rio de Janeiro: Vozes. 1978. p. 175.

¹² Idem, *Sete lições sobre educação de adultos*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1993. p.36.

Ao proceder de caráter abstrato, impreciso, genérico, descolado do contexto histórico-social e existencial do educando, este modo de ver a educação está acentado no plano do pensar ingênuo, além de reduzir os males da sociedade aos defeitos da instrução. Esta perspectiva ainda acredita que a educação pelo saber letrado é sempre privilégio de um grupo ou classe, de tal modo que, somente este grupo tem o direito assegurado de saber; somente os seus membros se especializam na tarefa de educar e somente este grupo tem o direito e o poder de legislar sobre a educação, ou seja, de definir em que deve consistir a educação institucionalizada, escolarizada.¹³

Já a concepção de educação de educação nacional-popular, vinculada ao desenvolvimento nacional, se contrapõem a esta abordagem ingênua, pois ela é vista como sendo processual, uma vez que a formação do homem acontece no tempo, dizendo respeito a própria história individual de cada ser humano, mas, também, estando vinculada ao estágio de desenvolvimento em que a comunidade está inserido.

Sem dizer que a formação do homem perpassa por toda a sua vida, ou seja, o momento em que estamos nos fazendo e nos educando. É nesse processo que nos encontramos no real da sociedade nossa essência de ser homem. Portanto, a dinâmica social indica um caminho para a educação, pois ela é sempre criação de algo novo. Por isso é que o referencial do processo educacional tem uma de suas matrizes na cultura.

A superação do caráter abstrato, desvinculado do contexto histórico-social, e do seu caráter elitista se dará quando: a) a noção de educação passa pela consciência das tarefas que a realidade suscita, o conteúdo a ser ensinado em determinado momento histórico, cabendo à pedagogia a tarefa de proporcionar os meios e procedimentos que possibilite a transmissão da matéria que o constitui. A cultura é a assimilação do saber numa perspectiva consciente dos seus fundamentos e exigências a partir dos quais incorpora os produtos do conhecimento de uma época determinada.

É a partir dessas questões, Vieira Pinto, diz que:

*Educar para o desenvolvimento é despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação a um país que precisa do seu trabalho pessoal para modificar o estado de atraso; é fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade.*¹⁴

E, b) para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que ocorrerá com ela pela mudança de valorização atribuída ao trabalho. Quando o trabalho deixar de ser estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos.¹⁵

A educação tem que ser pensada a partir da concepção de homem que devemos formar, e, sem dúvida, este homem não é abstrato, genérico, mas real, concreto, situação existencialmente num determinado contexto, e, também participante do processo de produção cultural que o próprio desenvolvimento nacional propicia. Assim, o progresso social consiste no processo de autogeração da cultura, e a sociedade desempenha um papel fundamental, enquanto mediadora, no processo de criação e transmissão da cultura.

¹³ Idem, Ibidem, p. 32.

¹⁴ Álvaro Vieira PINTO. *Consciência e realidade nacional – consciência ingenua*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. p.121.

¹⁵ Idem. *Sete lições sobre educação de adultos*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1993. p.37.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não pode ser reduzida a transmissão dos conhecimentos escolares, nem somente pela “matéria” do ensino (aquilo que se ensina), mas deve levar em consideração, também, as condições sociais que concretamente pertencem ao ato educativo. Assim, não podemos considerar o conteúdo da educação como algo estático, mas como sendo dinâmico, histórico e dialético.

A discussão a ser travada em torno de uma educação que visa a transformação da realidade social brasileira, precisa ser entendida não de modo abstrato, desligado da realidade histórico-cultural do sujeito, sem privilegiar uma elite e a desigualdade social, mas deve refletir sobre os objetivos mais gerais da sociedade, ou seja, os interesses das massas populares. O conteúdo da educação deve ser popular, assim como a ideologia do desenvolvimento nacional deve ser expressão e fenômeno das massas populares.